

# **Fortbras Autopeças S.A. e Controladas**

Demonstrações Financeiras  
Individuais e Consolidadas  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2019 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Fortbras Autopeças S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Fortbras Autopeças S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Fortbras Autopeças S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

#### *Reapresentação dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2018*

Em 1º de novembro de 2019, emitimos relatório de auditoria, sem modificação, sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 2.6 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração da Companhia efetuou reclassificações para refletir melhor apresentação nos saldos de investimentos (controladora) e ágio (consolidado), além de melhor apresentação, na demonstração dos fluxos de caixa, de amortização de parcelas referentes a contas a pagar por aquisição de controladas.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Consequentemente, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, estão sendo reapresentadas como previsto pelo pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de junho de 2020

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Ricardo Ramos da Silva  
Contador  
CRC nº 1 SP 196573/O-0

FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018  
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018			31/12/2019	31/12/2018		
			(Reapresentado)		(Reapresentado)			(Reapresentado)		(Reapresentado)	
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	13.100	3.104	39.216	32.567	Fornecedores e outras contas a pagar	9	52.443	45.206	135.887	94.851
Contas a receber de clientes	4	75.153	75.064	169.807	154.828	Impostos e contribuições a recolher		2.362	1.545	8.188	6.496
Estoques	5	141.273	129.557	295.540	248.974	Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	4.830	2.407
Impostos a recuperar		5.874	4.211	13.179	14.767	Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais	10	13.467	10.436	21.126	21.413
Despesas antecipadas		308	425	1.176	1.529	Partes relacionadas	13	94.887	32.830	-	-
Adiantamento a fornecedores e outros créditos ativos		170	5.543	2.345	8.067	Contas a pagar - aquisições	12	4.262	4.000	4.262	4.000
Total do ativo circulante		<u>235.878</u>	<u>217.904</u>	<u>521.264</u>	<u>460.732</u>	Obrigações - operações de arrendamento mercantil	11	6.134	-	16.569	-
						Outros passivos		<u>2.665</u>	<u>3.686</u>	<u>8.818</u>	<u>5.229</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						Total do passivo circulante		<u>176.220</u>	<u>97.703</u>	<u>199.680</u>	<u>134.396</u>
Outros créditos		750	-	3.957	-						
Depósitos judiciais		-	135	-	1.455	<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Partes relacionadas	13	10.024	2.475	-	-	Contas a pagar - aquisições	12	285.832	246.710	285.390	246.710
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	68.621	36.350	80.451	36.378	Ações resgatáveis	16	15.551	15.551	15.551	15.551
Investimentos	6	548.567	453.739	-	8	Provisão para riscos	14	12.879	874	26.092	28.571
Imobilizado	7	29.183	9.721	81.803	26.674	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	16.635	-	16.643	-
Intangível	8	<u>59.606</u>	<u>58.686</u>	<u>325.854</u>	<u>318.153</u>	Obrigações - operações de arrendamento mercantil	11	13.564	-	37.780	-
Total do ativo não circulante		<u>716.751</u>	<u>561.106</u>	<u>492.065</u>	<u>382.668</u>	Outros passivos		-	-	245	-
						Total do passivo não circulante		<u>344.461</u>	<u>263.135</u>	<u>381.701</u>	<u>290.832</u>
						<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
						Capital social	16	55.285	55.285	55.285	55.285
						Reserva de capital		382.948	382.652	382.948	382.652
						Reserva de lucros		2.088	1.062	2.088	1.062
						Ações em tesouraria		(4.600)	-	(4.600)	-
						Lucros (prejuízos) acumulados		(3.773)	(20.827)	(3.773)	(20.827)
						Total do patrimônio líquido		<u>431.948</u>	<u>418.172</u>	<u>431.948</u>	<u>418.172</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>952.629</u>	<u>779.010</u>	<u>1.013.329</u>	<u>843.400</u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>952.629</u>	<u>779.010</u>	<u>1.013.329</u>	<u>843.400</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018  
(Em milhares de reais - R\$, exceto pelo lucro (prejuízo) por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	17	545.645	337.505	1.183.627	774.880
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	18	(397.870)	(250.544)	(841.657)	(555.364)
LUCRO BRUTO		147.775	86.961	341.970	219.516
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas de vendas	18	(33.278)	(30.467)	(71.595)	(56.950)
Gerais e administrativas	18	(106.087)	(66.604)	(192.208)	(140.760)
Despesas com depreciação e amortização	18	(34.168)	(20.992)	(48.028)	(21.554)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	18	4.397	1.673	11.388	837
Resultado de equivalência patrimonial	6 e 18	54.065	22.826	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS E DOS IMPOSTOS		32.704	(6.603)	41.527	1.089
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	19	3.358	643	7.408	3.004
Despesas financeiras	19	(30.627)	(29.402)	(34.614)	(32.560)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		5.435	(35.362)	14.321	(28.467)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	15	-	-	(19.953)	(7.223)
Diferidos	15	15.084	18.732	26.151	19.060
		15.084	18.732	6.198	11.837
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		20.519	(16.630)	20.519	(16.630)
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO					
Básico e diluído (centavos por ação - em R\$)	16	0,25	(0,30)	0,25	(0,30)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (Reapresentado)	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (Reapresentado)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	20.519	(16.630)	20.519	(16.630)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>20.519</u>	<u>(16.630)</u>	<u>20.519</u>	<u>(16.630)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Ações em tesouraria	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		8.050	191.495	70	992	-	-	200.607
Ajuste em 1º de janeiro de 2018 decorrente de reapresentação	2.6	-	-	-	-	-	(4.197)	(4.197)
Aumento de capital	16	47.235	191.157	-	-	-	-	238.392
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(16.630)	(16.630)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Reapresentado)		55.285	382.652	70	992	-	(20.827)	418.172
Ações em tesouraria	16	-	-	-	-	(4.600)	-	(4.600)
Opções de compra	16	-	296	-	-	-	-	296
Efeitos de adoção inicial - CPC 6 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil"	7	-	-	-	-	-	(2.439)	(2.439)
Lucro do exercício	16	-	-	-	-	-	20.519	20.519
Constituição de reserva legal	16	-	-	1.026	-	-	(1.026)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		55.285	382.948	1.096	992	(4.600)	(3.773)	431.948

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018  
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Lucro (prejuízo) do exercício	20.519	(16.630)	20.519	(16.630)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:				
Depreciação - ativo imobilizado	4.150	2.543	5.038	3.115
Depreciação - direitos de uso - operações de arrendamento mercantil	1.794	-	14.362	-
Amortizações	28.224	18.449	28.628	18.439
Resultado de equivalência patrimonial	(54.065)	(22.826)	-	-
Provisão para estoques obsoletos	19	(42)	(4.201)	2.729
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.422	1.497	13.111	2.332
Provisão para riscos	(3.719)	874	(3.719)	512
Provisão de PLR	5.834	-	5.893	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	-	147	-	-
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferidos	(15.084)	(18.732)	(26.151)	(11.837)
Encargos financeiros sobre contas a pagar - aquisição de controladas	25.400	27.963	25.406	27.963
Despesas financeiras sobre arrendamentos a pagar	1.414	-	4.500	-
<b>Variação nos ativos e passivos operacionais:</b>				
Contas a receber de clientes	(1.984)	(7.563)	(25.971)	(15.877)
Estoques	(919)	(21.919)	(40.661)	(15.288)
Impostos a recuperar	(771)	716	-	(5.332)
Despesas antecipadas	128	(44)	353	(813)
Adiantamento a fornecedores e outros créditos ativos	4.973	(893)	1.864	3.932
Depósitos judiciais	135	(6)	1.455	(1.148)
Fornecedores e outras contas a pagar	4.371	30.314	39.868	24.264
Impostos e contribuições a recolher	1.356	(1.948)	21.175	(2.445)
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais	(4.090)	625	(6.598)	2.197
Outros	(10.641)	(59)	3.186	2.769
Impostos pagos	-	-	(15.942)	(7.609)
<b>Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>14.466</b>	<b>(7.534)</b>	<b>62.115</b>	<b>11.273</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(3.617)	(2.480)	(10.789)	(7.749)
Aquisição de ativo intangível	(10.345)	-	(12.521)	(407)
Aquisição de controlada, líquido de caixa adquirido	-	(62.632)	(6.665)	(37.438)
Caixa recebido através de incorporação de controladas	762	2.950	-	-
Amortizações - contas a pagar aquisição de controlada	(4.000)	(4.175)	(4.000)	(4.175)
Aumento de capital em controladas	-	(104.761)	-	-
Partes relacionadas	22.418	20.875	-	(97.741)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento</b>	<b>5.218</b>	<b>(150.223)</b>	<b>(33.975)</b>	<b>(147.510)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Aumento de capital social	-	161.127	-	161.127
Compra de ações em tesouraria	(4.600)	-	(4.600)	-
Pagamentos - operações de arrendamento mercantil	(5.093)	-	(16.896)	-
Venda de opções de ações	296	-	296	-
Juros pagos sobre contas a pagar por aquisições	(291)	-	(291)	-
Dividendos pagos	-	(331)	-	(331)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>(9.688)</b>	<b>160.796</b>	<b>(21.491)</b>	<b>160.796</b>
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>9.996</b>	<b>3.039</b>	<b>6.649</b>	<b>24.559</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.104	65	32.567	8.008
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	13.100	3.104	39.216	32.567
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>9.996</b>	<b>3.039</b>	<b>6.649</b>	<b>24.559</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (REAPRESENTADO)  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

---

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fortbras Autopeças S.A. ("Companhia" ou "Grupo") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Av. Manuel Bandeira, 291 - Bloco D - 1º Piso - Vila Leopoldina, São Paulo - SP. A Companhia e suas controladas tem como objeto social o comércio, em atacado e varejo, a importação e a exportação de peças e acessórios para veículos automotores.

A Companhia tem expandido suas operações através de aquisições realizadas nos últimos anos, e vem racionalizando sua estrutura societária com a incorporação de diversas controladas.

Em 2019 e 2018 a Companhia adquiriu a totalidade da BHZ Peças Ltda. e da União Participações S.A., respectivamente, conforme mencionado na nota explicativa nº 6. A análise da evolução da posição financeira e resultados das operações deve levar em conta essas operações.

### 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### 2.1. Base de elaboração

As informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas tendo o custo histórico como base de valor, exceto quando as práticas contábeis determinem ajuste para mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios, refletindo o julgamento da Administração quanto à capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

## 2.2. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas

### a) Novas normas, alterações e interpretações já adotadas no período corrente

#### *(1) Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil"*

No exercício corrente, o Grupo adotou o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, optando pela abordagem retrospectiva modificada, segundo a qual os efeitos cumulativos de adoção inicial foram reconhecidos como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada.

O Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais o Grupo seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, o Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento, que não são pagos na data de início, sem considerar a inflação futura projetada, descontados aplicando-se a taxa incremental nominal de captação (taxa de desconto). De acordo com os contratos de arrendamentos, os fluxos de pagamentos futuros são indexados por índices inflacionários; entretanto, para fins contábeis de apuração do passivo de arrendamento a Companhia não considera a inflação futura projetada.

A Companhia utiliza a taxa incremental nominal de captação pois as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros não podem ser prontamente determinadas.

Na adoção inicial em 1º de janeiro de 2019, seguindo-se a abordagem retrospectiva modificada, a taxa de desconto utilizada foi de 8,96%. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 os novos contratos foram reconhecidos às taxas médias de 8,59%.

A Companhia estimou os fluxos de pagamentos futuros brutos dos potenciais créditos de PIS/COFINS, usando como "benchmark" contábil o critério previsto no Ofício Circular CVM/CNC/SEP nº 02/2019. A Administração da Companhia não espera tomar créditos de impostos decorrentes dos pagamentos de aluguel pois grande parte desses contratos foi celebrada com pessoas físicas.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem os pagamentos fixos de arrendamento. As demais hipóteses citadas no CPC 06 (R2) não se aplicam ao Grupo.

O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial. O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

O Grupo remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que o prazo de arrendamento for alterado. As demais hipóteses citadas no CPC 06 (R2) não se aplicam ao Grupo.

Os efeitos da adoção deste novo pronunciando técnico estão demonstrados na nota explicativa nº 7.

*(2) Interpretação Técnica ICPC 22 - "Incertezas no Tratamento de Impostos sobre o Lucro"*

A Interpretação Técnica ICPC 22, vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação do CPC 32 - "Tributos sobre os Lucros", e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito do CPC 32, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.

A Administração da Companhia avaliou os impactos da ICPC 22 e entende que sua adoção não tem impacto relevante nas demonstrações financeiras.

b) Novas normas ainda não vigentes

*Estrutura conceitual para relatório financeiro (CPC 00(R2) (vigência a partir de 1º de janeiro de 2020)*

Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual ("Conceptual Framework") e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras é o real - R\$.

2.4. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incorporam as operações das empresas controladas demonstradas abaixo, a partir da data em que a Companhia detém o controle e enquanto o controle persista. Controladas são todas as empresas nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, em geral pela detenção de maioria dos direitos de voto nas decisões societárias.

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem a soma dos ativos, passivos, receitas e despesas de igual natureza da controladora e controladas, eliminando-se no processo:

- i) Os investimentos da controladora nas controladas e os valores de capital, reservas e resultados acumulados das controladas.
- ii) Os valores a receber das empresas consolidadas, e os correspondentes valores a pagar das contrapartes.
- iii) As vendas e custos das transações realizados entre as empresas consolidadas.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas usadas pela Companhia.

Empresas consolidadas

	31/12/2019		31/12/2018	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Total Distribuidora de Moto Peças Ltda. (*)	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Menil Comércio de Peças Ltda.	100,00%	0,00%	99,99%	0,01%
União Participações S.A. (*)	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Ambra Logística Ltda.	100,00%	0,00%	0,01%	99,99%
Ambra Comercio de Pneus Salvador Ltda.	100,00%	0,00%	0,01%	99,99%
Atacado União Ltda.	100,00%	0,00%	0,01%	99,99%
Ambra Importadora e Exportadora Ltda.	100,00%	0,00%	0,01%	99,99%
Ambra Pneus Ltda.	100,00%	0,00%	0,01%	99,99%
Hipervarejo Ltda.	100,00%	0,00%	0,01%	99,99%
União Peças Vila Velha Ltda.	100,00%	0,00%	0,01%	99,99%
Ambra Pneus Campo Grande Ltda.	100,00%	0,00%	0,01%	99,99%
Ambra Pneus Ribeirão Ltda.	100,00%	0,00%	0,01%	99,99%
Ambra Pneus Linhares Ltda.	100,00%	0,00%	0,01%	99,99%
Ambra Pneus Vila Velha Ltda.	100,00%	0,00%	0,01%	99,99%
Ambra Pneus Serra Ltda.	100,00%	0,00%	0,01%	99,99%
União Peças Vitória Ltda.	100,00%	0,00%	0,01%	99,99%
União Peças Betim Ltda.	100,00%	0,00%	0,01%	99,99%
Hipervarejo Com. Varejista Prod. Auto. Ltda.	100,00%	0,00%	0,01%	99,99%
União Peças Teixeira Ltda.	100,00%	0,00%	10,00%	90,00%
União Peças Eunápolis Ltda.	100,00%	0,00%	10,00%	90,00%
União Peças Recôncavo Ltda.	100,00%	0,00%	10,00%	90,00%
União Peças Itabuna Ltda.	100,00%	0,00%	10,00%	90,00%
União Peças Feira de Santana Ltda.	100,00%	0,00%	10,00%	90,00%
União Peças Colatina Ltda.	100,00%	0,00%	10,00%	90,00%
União Peças Divinópolis Ltda.	100,00%	0,00%	10,00%	90,00%
União Peças Cachoeiro Ltda.	100,00%	0,00%	10,00%	90,00%
União Peças Itaperuna Ltda.	100,00%	0,00%	10,00%	90,00%
Multipeças Carapina Ltda.	100,00%	0,00%	10,00%	90,00%
Multipeças Guarapari Ltda.	100,00%	0,00%	10,00%	90,00%
Multipeças Campo Grande Ltda.	100,00%	0,00%	10,00%	90,00%
Multipeças São Mateus Ltda.	100,00%	0,00%	10,00%	90,00%
Multipeças Aracruz Ltda.	100,00%	0,00%	10,00%	90,00%
Multipeças Iconha Ltda.	100,00%	0,00%	10,00%	90,00%
União Peças Linhares Ltda.	100,00%	0,00%	10,00%	90,00%
União Comércio de Peças Ltda.	100,00%	0,00%	15,26%	84,74%
União Distribuidora Serra Ltda. (ES)	100,00%	0,00%	30,00%	70,00%
União Peças Viana Ltda.	100,00%	0,00%	9,05%	90,95%
União Distribuidora de Peças Ltda. (BA)	100,00%	0,00%	8,41%	91,59%
Multipeças Guarus Ltda.	100,00%	0,00%	7,22%	92,58%
BHZ Peças Ltda. (**)	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%

(\*) Incorporações ocorridas em 2019, vide nota explicativa nº 6.

(\*\*) Aquisições realizadas em 2019, vide nota explicativa nº 6.

Note-se que as Sociedades em que a Controladora passou a deter 100% de participação direta decorrem das incorporações ocorridas em 2019.

## 2.5. Combinação de negócios

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) - "Combinação de Negócios". A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pelo Grupo na data de aquisição, dos passivos incorridos pelo Grupo com relação aos antigos controladores da entidade adquirida e das participações emitidas pelo Grupo em troca do controle da entidade adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por:

- i) Ativos ou passivos fiscais diferidos são reconhecidos e mensurados de acordo com o CPC 32 - "Tributos Sobre o Lucro".
- ii) O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a reavaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver), o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho de compra vantajosa.

As transações de aquisição de negócios são demonstradas na nota explicativa nº 6.

#### 2.6. Reapresentação de determinadas informações financeiras

Algumas informações das demonstrações financeiras anteriormente apresentadas foram reapresentadas em conformidade com o CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e erro.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações contábeis:

	Controladora			Consolidado				
	<u>31/12/2018</u>	<u>Ajustes</u> (a)	<u>Reclassificação</u> (b)	<u>31/12/2018</u> (Reapresentado)	<u>31/12/2018</u>	<u>Ajustes</u> (a)	<u>Reclassificação</u>	<u>31/12/2018</u> (Reapresentado)
<b>Ativos</b>								
Investimentos Intangível	519.487	(9.179)	(56.569)	453.739	-	-	-	-
	<u>2.117</u>	<u>-</u>	<u>56.569</u>	<u>58.686</u>	<u>327.332</u>	<u>(9.179)</u>	<u>-</u>	<u>318.153</u>
	<u>521.604</u>	<u>(9.179)</u>	<u>-</u>	<u>512.425</u>	<u>327.332</u>	<u>(9.179)</u>	<u>-</u>	<u>318.153</u>
<b>Patrimônio líquido</b>								
Lucros (prejuízos) acumulados	(11.648)	(4.197)	-	(20.827)	(11.648)	(4.197)	-	(20.827)
	<u>(10.586)</u>	<u>(4.197)</u>	<u>-</u>	<u>(19.765)</u>	<u>(10.586)</u>	<u>(4.197)</u>	<u>-</u>	<u>(19.765)</u>
<b>Resultado do exercício</b>								
Despesas com depreciação e amortização	(16.010)	(4.982)	-	(20.992)	(16.572)	(4.982)	-	(21.554)
	<u>(16.010)</u>	<u>(4.982)</u>	<u>-</u>	<u>(20.992)</u>	<u>(16.572)</u>	<u>(4.982)</u>	<u>-</u>	<u>(21.554)</u>
	<u>31/12/2018</u>	<u>Ajuste</u> (a)	<u>Reclassificação</u> (c) e (d)	<u>31/12/2018</u> (Reapresentado)	<u>31/12/2018</u>	<u>Ajuste</u> (a)	<u>Reclassificação</u> (c) e (d)	<u>31/12/2018</u> (Reapresentado)
Total do ativo	788.189	(9.179)	-	779.010	852.579	(9.179)	-	843.400
Total do passivo	<u>360.838</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>360.838</u>	<u>425.228</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>425.228</u>
Total do patrimônio líquido	<u>427.351</u>	<u>(9.179)</u>	<u>-</u>	<u>418.172</u>	<u>427.351</u>	<u>(9.179)</u>	<u>-</u>	<u>418.172</u>
Resultado do exercício	(11.648)	(4.982)	-	(16.630)	(11.648)	(4.982)	-	(16.630)
Despesas com depreciação e amortização	(20.505)	-	(487)	(20.992)	(22.440)	-	886	(21.554)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.186	-	487	1.673	1.723	-	(886)	837
Fluxo de caixa operacional	(7.534)	-	-	(7.534)	11.273	-	-	11.273
Fluxo de caixa investimento	(146.048)	-	(4.175)	(150.223)	(143.335)	-	(4.175)	(147.510)
Fluxo de caixa financiamento	156.621	-	4.175	160.796	156.621	-	4.175	160.796

- (a) Durante o exercício de 2019, ao reexaminar as aquisições de investimentos de anos anteriores, a Companhia identificou incorreções no registro dos ativos identificados (mais-valias). Especificamente, trata-se de ativos (como marcas e carteira de clientes) que são avaliados pelo método de valor presente de fluxo de caixa e em cujo fluxo se considerou o encargo de imposto sobre o lucro projetado. Para se compensar o efeito dessa redução do valor do ativo, as normas de avaliação preveem o acréscimo do chamado "tax amortization benefit" (TAB). A correção do registro das aquisições ocasionou aumento das mais-valias no valor de R\$51.178, com conseqüente redução dos "goodwill" em igual valor (sem efeitos patrimoniais) e aumento das despesas com amortização de mais-valia em R\$9.179.

- (b) Durante o exercício de 2019, a Companhia identificou também que o ágio das empresas adquiridas já incorporadas à Controladora, permanecia no grupo de investimentos. Porém, se o investimento deixou de existir pela incorporação, o ágio relativo a este investimento passa a ser classificado como intangível na Controladora. Em 31 de dezembro de 2018, a correção da classificação do ágio das empresas incorporadas, para o grupo intangível, na Controladora, ocasionou redução do investimento no valor de R\$56.569, com consequente aumento no intangível em igual valor.
- (c) Durante o exercício de 2019, verificou-se um erro de classificação entre os grupos de contas das despesas com depreciação e amortização e das outras receitas operacionais líquidas, na Demonstração de Resultado. Em 31 de dezembro de 2018, a correção desta classificação ocasionou um aumento das despesas com depreciação e amortização no valor de R\$487 na controladora, e um aumento em igual valor das outras receitas operacionais líquidas. No consolidado, por sua vez, ocasionou uma diminuição das despesas com depreciação e amortização no valor de R\$886, e uma diminuição em igual valor das outras receitas operacionais líquidas.
- (d) Durante o exercício de 2019, verificou-se que o contas a pagar relativo à aquisição da controlada Menil estava classificado nas atividades de financiamento da demonstração de fluxo de caixa. Ocorre que, os fluxos de caixa agregados advindos da obtenção ou da perda de controle de controladas ou outros negócios devem ser classificados como atividades de investimento. Em 31 de dezembro de 2018, a correção da classificação desse contas a pagar relativo à aquisição da Menil, para as atividades de investimento, ocasionou redução do caixa líquido gerado pelas atividades de investimento no valor de R\$4.175, e aumento em igual valor do caixa líquido gerado pelas atividades financiamento.

## 2.7. Uso de estimativas e julgamentos

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos (exceto aqueles que envolvem estimativas) que tenham um impacto significativo sobre os valores reportados e elaborar estimativas e premissas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas se baseiam na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou no período da revisão e em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e as principais fontes de incertezas nas estimativas contábeis, efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo e que afetam mais significativamente os valores reportados nas demonstrações financeiras:

- a) *Teste de redução ao valor recuperável*: No teste de redução ao valor recuperável do ágio relativo as aquisições das empresas, a Administração considerou como unidade geradora de caixa cada empresa ("bandeira") adquirida. A análise é realizada com base em projeções do fluxo de caixa de cada unidade geradora de caixa, descontado a valor presente. A taxa de desconto utilizada foi de 8,3%, considerada representativa do custo marginal de financiamento da Companhia. Os detalhes do teste de redução ao valor recuperável do ágio estão na nota explicativa nº 2.10.
- b) *Taxa de desconto usada para determinar o valor presente das obrigações com arrendamento mercantil*: A Companhia utilizou como taxas de desconto para determinar o valor presente das obrigações com arrendamento mercantil, levando-se em consideração que essas taxas não são observáveis. Segundo a Administração, esta taxa representa o custo de financiamento de bens com características semelhantes e prazos semelhantes àqueles relacionados às operações de arrendamento mercantil, bem como o risco inerente à Companhia. Vide nota explicativa nº 7.

- c) *Mensurações do valor justo e processos de avaliação*: Alguns dos ativos e passivos do Grupo são mensurados pelo valor justo para fins de elaboração das demonstrações financeiras. O Conselho de Administração da Companhia criou um comitê de avaliação, liderado pelo Diretor Financeiro da Companhia, para determinar as técnicas de avaliação apropriadas e as informações adequadas às mensurações do valor justo. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo usa dados observáveis do mercado na medida em que estejam disponíveis. Quando não há informações de Nível 1 disponíveis, o Grupo contrata avaliadores externos qualificados para fazerem a avaliação. O comitê de avaliação trabalha em conjunto com os avaliadores externos qualificados para estabelecer as técnicas de avaliação e informações adequadas ao modelo.
- d) Estimativa das vidas úteis econômicas dos ativos imobilizado e intangível de vida útil definida.

## 2.8. Instrumentos financeiros

O Pronunciamento Técnico CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", que entrou em vigor em 2018, estabeleceu nova metodologia para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Como regra geral, ativos e passivos financeiros devem ser mensurados inicialmente ao seu valor justo.

A mensuração subsequente dos ativos financeiros é baseada no modelo de negócios aplicável a eles e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. Dependendo dessas características, o ativo financeiro deve ser mensurado:

- Ao custo amortizado, pelo qual a receita do instrumento é calculada pelo método da taxa de juros efetivo. Enquadram-se nessa categoria os ativos financeiros que se pretenda manter para auferir fluxos de caixa provenientes exclusivamente de pagamentos de principal e juros.
- Ao valor justo, com atualizações registradas em outros resultados abrangentes. Nessa categoria estão ativos financeiros com fluxos de caixa também exclusivamente de capital e juros, mas que possam ser vendidos antes do vencimento.
- Ao valor justo, com atualizações registradas no resultado corrente, se não se qualificar em qualquer das categorias anteriores.

Como regra geral, após o reconhecimento inicial os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado. São exceções, entre outros, os passivos com valor de liquidação flutuante, derivativos e a contraprestação contingente em uma aquisição de negócios, que devem ser mensurados ao valor justo, com as alterações reconhecidas no resultado.

## 2.9. Plano de opção de ações

Com o objetivo de alinhar os interesses de médio e longo prazos da empresa com os de seus gestores principais, a Companhia estabeleceu um programa de opção de compra de ações que busca incentivar a geração de valor empresarial, compartilhando os ganhos de valor com os beneficiários do programa.

As opções de compra de ações são ofertadas para venda aos profissionais selecionados pelo Conselho de Administração, ao seu valor justo, proporcionando-lhes o direito futuro de adquirir ações da Companhia sob condições e em prazos estabelecidos. O valor justo das opções foi calculado nas datas de outorga com base no modelo Black&Scholes. Vide nota explicativa nº 16 (f).

## 2.10. Perda de valor ("impairment") de ativos

Ativos financeiros registrados ao custo amortizado são regularmente avaliados para verificar possível deterioração de valor, em função de riscos de inadimplência de credores ou condições de mercado que afetem a liquidez ou valor de realização dos ativos financeiros. Quando exista, a perda é estimada pela diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. Alternativamente, se disponível, poderá ser utilizado o valor de mercado de um ativo.

O ágio relativo as empresas adquiridas, são anualmente submetidos a comparação com seu valor recuperável de acordo com o CPC 01 (R1) - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", para verificar a existência de perdas ("impairment"). A análise é realizada com base em projeções do fluxo de caixa de cada unidade geradora de caixa, descontado a valor presente, por um período de cinco anos. A Administração considera como unidade geradora de caixa cada empresa ("bandeira") adquirida. As projeções levam em conta a experiência de crescimento da Companhia e expectativas informadas de crescimento do mercado. Vide nota explicativa nº 8.

Intangíveis e itens do ativo imobilizado que apresentem indícios de terem valores contábeis superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução a valores de realização.

Quaisquer perdas constatadas são registradas no resultado corrente.

## 2.11. Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que, em conformidade com as práticas contábeis, não são reconhecidos na demonstração do resultado.

## 2.12. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrado pelo custo, acrescido dos juros auferidos. As aplicações financeiras são mensuradas ao custo amortizado.

## 2.13. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias, líquidos de para provisão perdas com créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa leva em conta as expectativas de perdas decorrentes dos saldos em aberto, e tem como base o histórico de inadimplência observado pela Administração da Companhia.

## 2.14. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio ou valor líquido de realização, quando este for menor. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos necessários para efetuar a venda. Eventuais perdas por desvalorização são reconhecidas no resultado. Perdas decorrentes de obsolescência dos estoques são provisionadas para itens sem movimentação no prazo de dois anos, no estoque consolidado da Companhia.

## 2.15. Imobilizado

O imobilizado é mensurado ao custo de aquisição ou ao seu valor recuperável, quando este for menor. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

O desgaste gerado pelo uso do imobilizado é reconhecido através de depreciação calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação são informadas na nota explicativa nº 7.

## 2.16. Operações de arrendamento mercantil

Na forma prescrita pelo CPC 06 (R2) - "Operações de arrendamento mercantil", a Companhia reconheceu em 2019 os direitos de uso de ativos arrendados, sob contrato de prazo superior a um ano, que lhe conceda o controle operacional do ativo. O valor atribuído ao ativo de arrendamento é determinado com base no valor presente do fluxo de caixa do aluguel, durante o prazo não cancelável do contrato, calculado com utilização de taxa de desconto equivalente à taxa de juros incremental da Companhia para empréstimos de prazos e riscos semelhantes àqueles aos quais os ativos subjacentes estão relacionados (substancialmente imóveis). A Companhia optou por classificar o direito de uso como parte de seu ativo imobilizado (nota explicativa nº 7).

A Companhia procedeu ao registro inicial da nova prática na data base de 1º de janeiro de 2019, optando pela abordagem de transição retrospectiva modificada permitida pelo CPC 06 (R2). Deste modo, a Companhia ajustou o saldo de abertura do patrimônio líquido (lucros acumulados) na data da adoção inicial, pelo valor equivalente ao efeito cumulativo líquido dos contratos em vigor (nota explicativa nº 7).

Nessa nova prática, o ativo de arrendamento é depreciado de forma linear no prazo do contrato. Ao longo da vida dos contratos, o passivo de arrendamento é acrescido pela alocação dos juros imputados, e deduzido pelos pagamentos de aluguel.

Os desembolsos relacionados aos contratos de arrendamento ("parcelas mensais") englobam tanto a amortização de principal quanto os pagamentos de juros, sendo classificados como atividade de financiamento na demonstração de fluxo de caixa. Note-se que os juros também são considerados como fluxo de caixa de financiamento porque são custos de obtenção dos direitos de uso decorrentes das operações de arrendamento mercantil.

## 2.17. Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

O custo de uma controlada adquirida é o valor justo da contraprestação paga pela aquisição, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à transação. O excedente do custo de aquisição que ultrapassar o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Na hipótese de ser o custo de aquisição menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, o ganho será reconhecido na demonstração do resultado.

No registro da aquisição, os ativos adquiridos e os passivos incorridos ou assumidos são mensurados ao seu valor justo. As diferenças entre valor justo e o valor contábil dos ativos adquiridos são registrados como mais-valia. Caso tais ativos tenham vida útil definida, a mais-valia é depreciada ou amortizada ao longo de sua vida útil.

Na consolidação, ágio e mais-valias de ativos não são eliminados, sendo classificados como intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas.

#### 2.18. Ativos intangíveis

Software e mais-valias com vida útil definida são amortizados ao longo de sua vida útil estimada. Ágio na aquisição de investimentos e intangíveis sem vida útil definida não são amortizados, sendo submetidos a teste de "impairment" anualmente, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos". As taxas de amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida são demonstradas na nota explicativa nº 8.

#### 2.19. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. O valor da provisão é estabelecido com base na melhor estimativa do risco envolvido.

As provisões para perdas em discussões judiciais são constituídas com base na opinião dos assessores jurídicos, levando em conta a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade dos processos e o posicionamento dos tribunais.

#### 2.20. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios.

#### 2.21. Provisões para riscos

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

#### 2.22. Reconhecimento de receitas

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificação, tendo como base os termos contratuais dos direitos e obrigações estabelecidos.

A receita é reconhecida quando da transmissão dos direitos sobre os produtos vendidos ou na medida em que os serviços são realizados. As receitas não são reconhecidas se a sua realização for incerta.

#### 2.23. Ações em tesouraria

As ações em tesouraria são registradas ao custo e deduzidas do patrimônio líquido.

#### 2.24. Informações por segmento

As informações reportadas a Administração do Grupo (principal tomador de decisões operacionais) para alocar recursos e avaliar o desempenho da Companhia se concentram na análise do negócio como um todo, haja vista que as empresas do Grupo apresentam características econômicas semelhantes no que diz respeito a natureza dos produtos, estrutura de distribuição dos produtos e administração centralizada.

A Companhia opera em um único segmento operacional: comércio, em atacado e varejo de peças e acessórios para veículos automotores.

#### 2.25. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos de aplicações, reconhecidas no resultado com base na taxa de juros efetiva.

As despesas financeiras incluem os juros sobre as contas a pagar pela compra de controladas.

#### 2.26. Impostos sobre o lucro

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

##### Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes do Grupo são calculados com base na alíquota combinada de 25% para IRPJ ("Imposto de Renda Pessoas Jurídicas"), incluindo adicional de 10% sobre base tributável superior a R\$240 mil no ano); e 9% para CSLL ("Contribuição Social sobre o Lucro Líquido") conforme a legislação tributária vigente no Brasil.

##### Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças temporárias entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo.

Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado no fim de cada período de relatório e reduzido quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis, conforme citado acima. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados (apresentados pelo valor líquido) quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

## 2.27. Resultado por ação

Calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, usando a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações com efeitos de diluição. Portanto, o resultado básico e diluído por ação são os mesmos.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa	206	339	1.091	1.401
Bancos contas corrente	544	229	763	1.606
Aplicações financeiras	<u>12.350</u>	<u>2.536</u>	<u>37.362</u>	<u>29.560</u>
	<u>13.100</u>	<u>3.104</u>	<u>39.216</u>	<u>32.567</u>

As aplicações financeiras são automáticas em CDB - certificados de depósitos bancários com conversibilidade imediata em caixa e insignificante risco de mudança no valor. Todas as aplicações financeiras foram estruturadas para ter característica e rendimento de títulos de renda fixa, com remuneração média de 90% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (4,05% e 5,37% em 2019 e em 2018, respectivamente).

## 4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Clientes	91.002	77.478	202.993	169.965
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD	<u>(15.849)</u>	<u>(2.414)</u>	<u>(33.186)</u>	<u>(15.137)</u>
	<u>75.153</u>	<u>75.064</u>	<u>169.807</u>	<u>154.828</u>

A maioria dos clientes são consumidores finais, revendas de autopeças e oficinas mecânicas. O prazo médio de recebimento de clientes é em torno de 52 dias em 2019, contra 54 dias em 2018.

As contas a receber apresentam a seguinte composição por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Valores a vencer	71.256	71.491	151.821	139.065
Vencidos:				
Até 30 dias	1.637	1.501	9.985	8.751
Entre 31 e 60 dias	1.310	1.201	4.331	3.796
Entre 61 e 90 dias	950	871	3.670	3.216
Acima de 90 dias	15.849	2.414	33.186	15.137
	<u>91.002</u>	<u>77.478</u>	<u>202.993</u>	<u>169.965</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldos no início do exercício	(2.414)	-	(15.137)	(1.221)
Constituição de provisão	(7.422)	(1.497)	(13.111)	(2.332)
Reclassificação do saldo de clientes	(4.832)	-	(4.743)	-
Provisão de controladas adquiridas - nota explicativa nº 6	-	-	(195)	(11.584)
Provisão de controladas incorporadas - nota explicativa nº 6	(1.181)	(917)	-	-
Saldos no fim do exercício	<u>(15.849)</u>	<u>(2.414)</u>	<u>(33.186)</u>	<u>(15.137)</u>

## 5. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Mercadorias para revenda	142.181	130.277	299.968	259.932
Provisão para perda com estoques obsoletos	(908)	(720)	(4.428)	(10.958)
	<u>141.273</u>	<u>129.557</u>	<u>295.540</u>	<u>248.974</u>

A provisão para perda com estoques obsoletos foi constituída para itens sem movimentação há mais de 2 anos. A provisão para perda é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldos no início do exercício	(720)	-	(10.958)	(967)
(Constituição)/Baixa para perda com estoques obsoletos	(19)	42	4.201	(2.729)
Baixa de material obsoleto direto da conta de estoque	-	-	7.530	-
Provisão para perda com estoques obsoletos advindos de novas aquisições - Vide nota explicativa nº 6	-	-	(5.201)	(7.262)
Provisão de controladas incorporadas - Vide nota explicativa nº 6	(169)	(762)	-	-
Saldos no fim do exercício	<u>(908)</u>	<u>(720)</u>	<u>(4.428)</u>	<u>(10.958)</u>

## 6. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a composição e a movimentação dos investimentos são como segue:

31 de dezembro de 2019

	Saldo inicial do investimento	Reclassificação para o ativo intangível: incorporação	Incorporação de controladas	Controladas da União Participações S.A.	Amortização mais-valia	Resultado de equivalência patrimonial	Outros	Saldo final
Total	16.756	(2.021)	(13.402)	-	(1.760)	426	-	-
Menil	78.133	-	-	-	(1.921)	2.008	6.312	84.532
União	358.850	-	(162.220)	209.376	(12.395)	50.573	8.891	453.075
BHZ	-	-	-	10.260	(358)	1.058	-	10.960
Total	<u>453.739</u>	<u>(2.021)</u>	<u>(175.622)</u>	<u>219.636</u>	<u>(16.434)</u>	<u>54.065</u>	<u>15.203</u>	<u>548.567</u>

31 de dezembro de 2018

	Saldo inicial (Reapresentado)	Aumento de capital	Aquisição "Grupo União"	Incorporação de controladas	Amortização mais-valia	Resultado de equivalência patrimonial	Outros	Reclassificação para o ativo intangível (i)	Saldo final (Reapresentado)
Javali	73.822	-	-	(59.246)	(2.160)	4.261	-	(16.677)	-
Pegasus	67.826	-	-	(35.636)	(4.862)	(400)	-	(26.928)	-
Soma	33.793	-	-	(27.205)	(1.651)	1.063	-	(6.000)	-
T-Brasil	54.122	-	-	(49.180)	(2.402)	4.424	-	(6.964)	-
Total	16.658	-	-	-	(1.001)	1.099	-	-	16.756
Menil	68.701	7.020	-	-	(2.064)	3.848	628	-	78.133
União	-	97.741	256.877	-	(4.299)	8.531	-	-	358.850
Total	<u>314.922</u>	<u>104.761</u>	<u>256.877</u>	<u>(171.267)</u>	<u>(18.439)</u>	<u>22.826</u>	<u>628</u>	<u>(56.569)</u>	<u>453.739</u>

(i) A Companhia reclassificou o ágio das empresas incorporadas à Controladora em 2018, para o intangível.

Prosseguindo em sua estratégia de expansão das operações, a Companhia realizou aquisições de novos negócios de distribuição de autopeças em 2019. Ao mesmo tempo, buscando racionalizar sua estrutura societária, procedeu à incorporação de diversas controladas, diminuindo a complexidade administrativa e custos associados. Essas operações estão descritas a seguir. Os passivos assumidos nas combinações de negócios estão demonstrados na nota explicativa nº 12.

#### Aquisição em 2019

Em abril de 2019, a controlada União Participações S.A. adquiriu a totalidade do capital da BHZ Peças Ltda. ("BHZ"), sediada em Belo Horizonte, e dedicada ao varejo de partes e peças para veículos automotores.

O valor justo da transação foi R\$8.486, sendo R\$6.725 pagos em dinheiro à vista e R\$2.000 vencíveis em março de 2024, corrigidos pela IPCA que, a valor presente, na data da transação, equivaleu a R\$1.761.

	<u>Custo histórico</u>	<u>Ajustes a valor justo</u>	<u>Ativos e passivos a valor justo</u>
Ativos circulantes:			
Caixa e equivalentes de caixa	60	-	60
Contas a receber	2.314	-	2.314
PECLD	(195)	-	(195)
Estoques	6.905	-	6.905
Provisão de estoques obsoletos	(5.201)	-	(5.201)
Outros créditos	92	-	92
Ativo não circulante:			
Imobilizado	243	-	243
Intangível	-	2.639	2.639
Passivos circulantes:			
Fornecedores	(1.167)	-	(1.167)
Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	(418)	-	(418)
Outras obrigações	(1.512)	-	(1.512)
Passivo não circulante:			
Passivos contingentes	(1.240)	-	(1.240)
Ativos líquidos adquiridos	<u>(119)</u>	<u>2.639</u>	<u>2.520</u>
Contraprestação transferida	-	-	8.486
Ágio na aquisição	-	-	5.966

A Administração utilizou como taxa de desconto para determinar o valor presente das obrigações decorrentes da aquisição da BHZ Peças Ltda., a taxa NTN-B, para uma obrigação com vencimento em 2024.

A Administração da Companhia, até a data destas demonstrações financeiras, ainda não havia concluído a mensuração final dos ativos e passivos da BHZ a valores justos. Dessa forma, a Administração da Companhia procedeu com o registro dos valores provisórios, como apuração do ágio o qual será reavaliado no período de mensuração.

Incorporação efetuada em 2019

Ao longo de 2019, a Companhia incorporou também as controladas Total Distribuidora Moto Peças Ltda. (em 1º de abril de 2019) e União Participações S.A. (em 1º de novembro de 2019). O ativo líquido incorporado, segundo laudos preparados por auditores independentes, totalizou R\$175.622, sumariado no quadro a seguir:

	<u>R\$ mil</u>
Caixa e equivalentes de caixa	762
Contas a receber de clientes	6.709
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(1.181)
Estoques	10.985
Provisão para perda com estoques obsoletos	(169)
Adiantamento a fornecedores e outros créditos ativos	203
Impostos a recuperar	892
Despesas antecipadas	11
Outros créditos	147
Partes relacionadas	3.874
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8
Investimentos	219.636
Imobilizado	2.374
Direito de uso de imóveis	2.155
Intangível	345
Fornecedores e outras contas a pagar	(4.627)
Impostos e contribuições a recolher	(152)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(99)
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais	(1.287)
Partes relacionadas	(35.964)
Outros passivos	(11.086)
Provisão para riscos	(15.724)
Arrendamento mercantil	(2.190)
Acervo líquido incorporado	<u>175.622</u>

Em consequência das incorporações, ágios e mais-valias anteriormente alocados a essas controladas, foram reclassificados para o ativo intangível da controladora.

Aquisição em 2018

Em 31 de agosto de 2018, a Companhia adquiriu a totalidade do controle da União Participações S.A. e suas Controladas ("União"), distribuidor de autopeças operando 44 lojas no Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia.

O valor justo da transação foi R\$265.768 sendo R\$62.632 pagos em dinheiro, R\$92.814 pagos com ações da Fortbras representando 22,5% do capital, e R\$110.322 vencíveis em agosto de 2021, corrigidos a 100% do CDI.

O registro da combinação de negócios é sumariado a seguir (reapresentado):

	Custo histórico	Ajustes a valor justo	Ativos/Passivos a valor justo
Ativos circulantes:			
Caixa e equivalentes de caixa	25.194	-	25.194
Contas a receber	76.072	-	76.072
PECLD	(11.584)	-	(11.584)
Estoques	101.295	-	101.295
Provisão de estoques obsoletos	(7.262)	-	(7.262)
Outros	9.716	-	9.716
Créditos ativo não circulante	-	-	-
Outros créditos	145	-	145
Imobilizado	10.040	-	10.040
Intangível	305	90.786	91.091
Passivos circulantes:			
Fornecedores	(17.403)	-	(17.403)
Partes relacionadas	(97.741)	-	(97.741)
Adiantamentos de clientes	(10.028)	-	(10.028)
Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	(8.274)	-	(8.274)
Outras obrigações	(5.308)	-	(5.308)
Passivo não circulante:			
Empréstimos e financiamentos	(244)	-	(244)
Provisão para riscos	(27.433)	-	(27.433)
Ativos líquidos adquiridos	<u>37.490</u>	<u>90.786</u>	<u>128.276</u>
Contraprestação transferida	-	-	265.768
Ágio na aquisição	-	-	137.492

#### Incorporações efetuadas em 2018

Ao longo de 2018 a Companhia incorporou as controladas Pegasus Autopeças Ltda. e Soma Distribuidora de Autopeças Ltda. (ambas em 1º de março de 2018), Javali Distribuidora Eletro Peças Ltda. (em 1º de maio de 2018) e T-Brasil Distribuidora Eletro Peças Ltda. (em 1º de agosto de 2018). O ativo líquido incorporado, segundo laudos preparados por auditores independentes, totalizou R\$171.267, sumariado no quadro a seguir:

	R\$ mil
Caixa e equivalentes de caixa	2.950
Contas a receber de clientes	69.915
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(917)
Estoques	108.358
Provisão para perda com estoques obsoletos	(762)
Adiantamento a fornecedores e outros créditos ativos	3.276
Impostos a recuperar	4.580
Despesas antecipadas	298
Depósitos judiciais	129
Imposto de renda e contribuição social diferidos	694
Investimentos	125
Imobilizado	8.719
Intangível	1.213
Fornecedores e outras contas a pagar	(14.689)
Impostos e contribuições a recolher	(2.936)
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais	(7.002)
Passivos contingentes	(874)
Outros passivos	<u>(1.810)</u>
Acervo líquido incorporado	<u>171.267</u>

## 7. IMOBILIZADO E DIREITO DE USO

	Controladora				Consolidado				
	Custo	Depreciação	Saldo líquido 31/12/2019	Saldo líquido 31/12/2018	Custo	Depreciação	Saldo líquido 31/12/2019	Saldo líquido 31/12/2018	Taxa anual
Móveis e utensílios	3.183	(1.601)	1.582	1.432	6.068	(2.772)	3.296	2.951	10%
Máquinas e equipamentos	892	(336)	556	253	3.753	(2.298)	1.455	468	10%
Instalações	6.494	(2.052)	4.442	3.459	21.164	(6.179)	14.985	9.786	10%
Veículos	1.548	(1.292)	256	191	2.793	(2.484)	309	559	20%
Equipamentos de informática	6.704	(3.814)	2.890	2.657	12.109	(6.040)	6.069	5.908	25%
Direito de uso - operações de arrendamento mercantil: imóveis	29.300	(11.679)	17.621	-	78.142	(29.007)	49.135	-	20%
Obras em andamento	2.192	(356)	1.836	1.729	7.006	(452)	6.554	7.002	10%
	<u>50.313</u>	<u>(21.130)</u>	<u>29.183</u>	<u>9.721</u>	<u>131.035</u>	<u>(49.232)</u>	<u>81.803</u>	<u>26.674</u>	

A movimentação do saldo do imobilizado e do direito de uso em operações de arrendamento mercantil é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	9.721	1.065	26.674	12.000
Adições	3.617	2.480	10.789	7.749
Saldo advindo de incorporações	2.374	8.719	-	-
Aquisição de controlada (nota explicativa nº 6.1)	-	-	243	10.040
Efeitos da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2)	14.131	-	56.462	-
Efeitos do arrendamento mercantil - Incorporações (nota explicativa nº 6)	2.155	-	-	-
Adição de novos contratos de arrendamento	3.129	-	7.035	-
Depreciação (a)	<u>(5.944)</u>	<u>(2.543)</u>	<u>(19.400)</u>	<u>(3.115)</u>
Saldo final	<u>29.183</u>	<u>9.721</u>	<u>81.803</u>	<u>26.674</u>

(a) Do total das depreciações, R\$1.794 e R\$14.362 referem-se às depreciações dos direitos de uso decorrentes de operações de arrendamento mercantil na Controladora e no Consolidado, respectivamente.

## 8. INTANGÍVEL

	Controladora				Consolidado				Taxa anual
	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido 31/12/2019	Saldo Líquido 31/12/2018 (Reapresentado)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido 31/12/2019	Saldo líquido 31/12/2018 (Reapresentado)	
Ágio de controladas adquiridas	-	-	-	21.038	202.514	-	202.514	178.443	-
Mais-valia de controladas adquiridas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não concorrência	-	-	-	-	18.436	(11.087)	7.349	11.036	20%
Carteira de clientes	-	-	-	-	102.828	(39.229)	63.599	78.514	15%
Marca	-	-	-	-	50.335	(10.727)	39.608	47.653	15%
Ágio de controladas incorporadas	19.906	-	19.906	-	-	-	-	-	-
Mais-valia de controladas incorporadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não concorrência	13.059	(8.488)	4.571	6.524	-	-	-	-	14%
Carteira de clientes	54.352	(31.083)	23.269	29.007	-	-	-	-	14%
Software	14.602	(2.742)	11.860	2.117	15.741	(2.957)	12.784	2.507	20%
	<u>101.919</u>	<u>(42.313)</u>	<u>59.606</u>	<u>58.686</u>	<u>389.854</u>	<u>(64.000)</u>	<u>325.854</u>	<u>318.153</u>	

A mais-valia registrada na aquisição de controladas é amortizada ao longo de sua vida útil, determinada individualmente, o que explica as diferentes taxas de amortização. A taxa média de amortização é de 16% ao ano.

A movimentação do intangível é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Saldo inicial	58.686	1.062	318.153	116.493
Adições	10.345	-	12.521	407
Amortização	(11.791)	(11)	(28.628)	(18.439)
Baixas	-	(147)	-	-
Saldo decorrente de incorporações	2.366	57.782	-	-
Taxa de desconto AVP (nota explicativa nº 6)	-	-	15.203	-
Ágio e ativos alocados na aquisição de controladas (nota explicativa nº 6)	-	-	8.605	219.692
Saldo final	<u>59.606</u>	<u>58.686</u>	<u>325.854</u>	<u>318.153</u>

#### Ágio e mais-valia (outros ativos intangíveis identificáveis)

Os saldos estão alocados às seguintes unidades geradoras de caixa ("UGCs"):

	Ágio	Mais-valia - não concorrência	Mais-valia - marca	Mais-valia - Carteira de Clientes	(-) Ajuste a valor presente	Saldo final
Javali	38.589	1.278	-	4.409	(29.760)	14.516
Pegasus	46.141	1.580	-	9.241	(34.556)	22.406
Soma	11.413	358	-	2.854	(10.050)	4.575
T-Brasil	20.785	936	-	4.031	(21.524)	4.228
Total	4.385	419	-	2.734	(5.517)	2.021
Menil	44.005	2.778	-	3.114	(4.855)	45.042
União	137.492	-	39.608	34.577	-	211.677
BHZ	6.191	-	-	2.639	(225)	8.605
	<u>309.001</u>	<u>7.349</u>	<u>39.608</u>	<u>63.599</u>	<u>(106.487)</u>	<u>313.070</u>

A mais-valia relativa ao acordo de não concorrência, marca e relacionamento de cliente tem vida útil definida, conforme estabelecido em laudo de alocação de preço pago. A taxa média de amortização da não concorrência é de 20% ao ano, da marca é de 16% ao ano, e do relacionamento de cliente é de 15% ao ano.

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.10, o ágio é submetido anualmente a comparação com seu valor recuperável de acordo com o CPC 01 (R1) - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", para verificar a existência de perdas ("impairment"). A análise é realizada com base em projeções do fluxo de caixa de cada unidade geradora de caixa, descontado a valor presente, por um período de cinco anos. A Administração considera como unidade geradora de caixa cada empresa ("bandeira") adquirida. As projeções levam em conta a experiência de crescimento da Companhia e expectativas informadas de crescimento do mercado. A taxa de desconto utilizada foi de 8,34%, considerada representativa do custo marginal de financiamento da Companhia. Os resultados indicaram a inexistência de perdas por "impairment".

## 9. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fornecedores	43.960	45.206	123.902	94.851
Fornecedores - convênio (a)	8.483	-	11.985	-
	<u>52.443</u>	<u>45.206</u>	<u>135.887</u>	<u>94.851</u>

(a) Refere-se a saldo a pagar junto a fornecedores pela compra de mercadorias a prazo, que optarem por antecipá-los por intermédio de instituições financeiras parceiras da Companhia. Devido às características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes saldos foram incluídos em programa de antecipação de recursos utilizando linhas de créditos da Companhia junto às instituições financeiras. A Companhia identificou que esta transação possui uma natureza específica e a classifica separadamente.

## 10. SALÁRIOS A PAGAR, PROVISÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Salários a pagar	1.426	2.511	2.812	4.413
Provisão para férias e 13º salário	4.535	3.906	9.266	8.848
Encargos sociais	1.672	1.828	3.155	3.805
Provisão para bônus	5.834	2.191	5.893	4.347
	<u>13.467</u>	<u>10.436</u>	<u>21.126</u>	<u>21.413</u>

## 11. OBRIGAÇÕES - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os valores a pagar de arrendamentos são como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2019</u>
Em até 1 ano	6.134	16.569
De 2 a 3 anos	5.989	16.777
De 3 a 4 anos	5.267	15.281
De 4 a 5 anos	4.177	9.997
Acima de 5 anos	1.734	5.575
	<u>23.301</u>	<u>64.199</u>
Menos: juros a apropriar	<u>(3.603)</u>	<u>(9.850)</u>
Saldo líquido	<u>19.698</u>	<u>54.349</u>
Passivo circulante	6.134	16.569
Passivo não circulante	13.564	37.780

A movimentação dos passivos de arrendamento é demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	18.058	59.710
Adições	3.129	7.035
Efeitos decorrentes de incorporações (vida nota explicativa nº 6)	2.190	-
Atualização monetária	1.414	4.500
Pagamentos	<u>(5.093)</u>	<u>(16.896)</u>
	<u>19.698</u>	<u>54.349</u>

No exercício de 2019, a Companhia reconheceu despesas com arrendamento no valor de R\$2.651, referentes a contratos de prazo inferior a um ano e de "baixo valor". Não existe compromissos futuros relativos a estes contratos, em 31 de dezembro de 2019.

## 12. CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÕES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fortbras Autopeças S.A.	192.629	192.980	192.629	192.980
Menil Comércio de Peças Ltda.	29.035	31.000	29.035	31.000
Grupo União	119.124	110.322	118.682	110.322
BHZ Peças Ltda.	<u>2.049</u>	<u>-</u>	<u>2.049</u>	<u>-</u>
	342.837	334.302	342.395	334.302
Ajuste a valor presente	<u>(52.743)</u>	<u>(83.592)</u>	<u>(52.743)</u>	<u>(83.592)</u>
	<u>290.094</u>	<u>250.710</u>	<u>289.652</u>	<u>250.710</u>
Circulante	4.262	4.000	4.262	4.000
Não circulante	285.832	246.710	285.390	246.710

As contas a pagar vencem como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
2019	-	4.000	-	4.000
2020	4.262	4.000	4.262	4.000
2021	321.491	313.302	321.049	313.302
2022	15.035	13.000	15.035	13.000
2023	-	-	-	-
2024	<u>2.049</u>	<u>-</u>	<u>2.049</u>	<u>-</u>
	<u>342.837</u>	<u>334.302</u>	<u>342.395</u>	<u>334.302</u>

A Companhia apresenta o saldo a pagar à valor presente, na data do balanço, considerando como taxa de desconto o índice prevalecente nas respectivas datas de aquisição.

- a) O Sellers Note da Fortbras Autopeças S.A., referente a aquisições realizadas em 2016 tem vencimento em setembro de 2021, sem atualização monetária. Utilizamos como taxa de desconto, para determinar o valor presente das obrigações, 140% do CDI da época (19,6% a.a.).

- b) O Sellers Note da Menil Comércio de Peças Ltda., referente a aquisição da Menil Comércio de Peças Ltda., tem vencimento em 3 parcelas anuais até 2022, com atualização monetária pelo IPCA. Utilizamos como taxa de desconto, para determinar o valor presente das obrigações, a NTN-B. (para obrigações com vencimento em 2020, 3,86% a.a.; para 2021, 4,14% a.a.; para 2022, 4,42% a.a.).
- c) O Sellers Note da União Participações S.A. e suas controladas, tem vencimento em agosto de 2021, com atualização monetária pelo CDI. Neste caso, como a obrigação já é atualizada pelo CDI, não ajustamos a obrigação a valor presente.
- d) O Sellers Note da BHZ Peças Ltda., tem vencimento em março de 2024, com atualização monetária pelo IPCA. Utilizamos como taxa de desconto, para determinar o valor presente das obrigações, a NTN-B. (3,83% a.a.).

## 13. PARTES RELACIONADAS

	Ativo		Passivos	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
União Comércio de Peças Ltda.	1.622	-	8.990	-
União Distribuidora Carapina Ltda.	-	-	9.400	-
União Peças Itaperuna Ltda.	-	-	250	-
União Peças Vila Velha Ltda.	-	-	5.621	-
União Peças Cachoeiro Ltda.	-	-	4.376	-
União Peças Betim Ltda.	-	-	550	-
União Peças Vitória Ltda.	-	-	355	-
BHZ Peças Ltda.	432	-	-	-
União Peças Eunópolis Ltda.	-	-	1.070	-
União Distribuidora Feira Ltda.	-	-	800	-
União Peças Teixeira Ltda.	-	-	1.260	-
União Peças Itabuna Ltda.	-	-	1.840	-
União Peças Colatina Ltda.	-	-	1.710	-
União Peças Feira de Santana Ltda.	-	-	1.485	-
União Peças Reconcavo Ltda.	-	-	565	-
União Peças Divinópolis Ltda.	-	-	400	-
Ambra Logística Ltda.	53	-	-	-
Ambra Importadora e Exportadora Ltda.	-	-	16.211	25.810
Multipeças Iconha Ltda.	-	-	265	-
União Peças Linhares Ltda.	-	-	1.145	-
União Peças Viana Ltda.	-	-	705	-
Multipeças Carapina Ltda.	-	-	1.626	-
Multipeças Guarapari Ltda.	-	-	1.240	-
Multipeças Campo Grande Ltda.	-	-	1.265	-
Multipeças Guarus Ltda.	-	-	879	-
Multipeças São Mateus Ltda.	-	-	1.422	-
Multipeças Aracruz Ltda.	-	-	535	-
Ambra Pneus Ltda.	-	-	60	-
Ambra Pneus Campo Grande Ltda.	-	-	404	-
Ambra Pneus Linhares Ltda.	-	-	50	-
Ambra Pneus Vila Velha Ltda.	-	-	110	-
Ambra Pneus Serra Ltda.	-	-	370	-
Atacado União Ltda.	-	-	20.800	-
Menil Comércio de Peças Ltda.	2.120	-	2.678	-
Total Distribuidora de Moto Peças Ltda.	2.655	2.475	6.450	7.020
União Participações S.A.	3.141	-	-	-
	<u>10.023</u>	<u>2.475</u>	<u>94.887</u>	<u>32.830</u>

Os saldos com partes relacionadas são mútuos para gerenciamento de fluxo de caixa, sem prazo de vencimento definido ou atualização monetária/juros.

Transações de compra e venda de mercadorias realizadas entre as empresas do Grupo totalizaram R\$257.240 em 2019 e R\$88.218 em 2018. Na tabela acima, não há saldos a receber decorrentes de transações comerciais.

#### Remuneração com os Administradores

A remuneração dos diretores, que corresponde ao pessoal-chave da Administração do Grupo, totalizou R\$6.054 em 2019 e R\$5.737 em 2018, relativo a benefícios de curto prazo.

Adicionalmente, os diretores possuem planos ativos de remuneração baseada em ação, conforme descrito na nota explicativa nº 16 (e).

#### Obrigações com arrendamentos mercantis

As obrigações com arrendamento mercantil em 2019 são de R\$15.799 com acionistas atuais e ex-acionistas da Companhia. Os totais pagos a essas partes relacionadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$5.356.

## 14. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão é constituída para cobrir perdas que sejam prováveis na opinião dos assessores legais.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Tributária	10.887	-	22.276	25.870
Cível	998	98	1.081	1.333
Trabalhista	994	776	2.735	1.368
Total	<u>12.879</u>	<u>874</u>	<u>26.092</u>	<u>28.571</u>

As movimentações das provisões para riscos são demonstradas a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo inicial	874	-	28.571	640
Advindo de aquisições	-	-	1.240	27.433
Advindo das incorporações	15.724	874	-	-
(Baixas)/adições	(3.719)	-	(3.719)	498
Total de provisão de risco	<u>12.879</u>	<u>874</u>	<u>26.092</u>	<u>28.571</u>

Do total das provisões de risco, a maioria dos processos são relativos a gestão dos antigos acionistas. Vale destacar também, que das provisões de risco, R\$1.240 são decorrentes do balanço de abertura da BHZ Peças Ltda. e referem-se a causas de natureza trabalhistas.

Com relação aos processos materializados com prognóstico possível, que não são provisionados na contabilidade, o saldo na data do balanço perfaz R\$2.948, sendo R\$1.503 relativos a processos tributários, R\$421 relativos a processos cíveis, R\$1.024 a processos trabalhistas. Em 2018, o saldo foi R\$2.106, sendo R\$1.332 relativos a processos tributários, R\$439 relativos a processos cíveis, R\$335 a processos trabalhistas.

As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, internos e externos a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade dos processos e o posicionamento dos tribunais, sempre que for provável o desembolso de caixa e o valor possa ser estimado com confiabilidade.

## 15. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A análise a seguir reconcilia a carga tributária teórica sobre o resultado da Companhia com o crédito fiscal de IRPJ e CSLL registrado na Demonstração de Resultado, decorrente dos prejuízos operacionais incorridos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	5.435	(35.362)	14.321	(28.467)
Expectativa de IRPJ e CSLL à alíquota 34%	(1.848)	12.023	(4.869)	9.679
Efeito tributário sobre:				
Equivalência patrimonial	18.382	7.761	-	-
Efeitos sobre ajustes para retificação de erros de anos anteriores (efetuados diretamente no em 2019) (Adições)/exclusões permanentes, líquidas	1.741	-	13.183	-
(Adições)/exclusões permanentes, líquidas	(3.191)	(1.052)	(2.116)	2.158
IRPJ e CSLL corrente e diferido	15.084	18.732	6.198	11.837

Os impostos diferidos ativos apresentam a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<u>Adições temporárias</u>				
Ajuste a valor presente	53.745	41.648	53.745	41.648
Provisão para desvalorização de estoques	908	-	4.428	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (i)	15.849	-	33.186	-
Amortização do ágio - alocação	34.651	14.256	34.651	14.256
Outras provisões	21.273	66	33.360	148
Prejuízos fiscais (ii)	73.491	50.942	73.491	50.942
Arrendamento mercantil	1.909	-	3.760	-
Base de cálculo	201.826	106.912	236.621	106.994
Imposto de renda e contribuição social diferidos a recuperar - Alíquota nominal de 34%	68.621	36.350	80.451	36.378

- (i) Refere-se, em sua maioria, as provisões de giro lento de estoques, PECLD, provisões para riscos e outras provisões no curso normal das atividades da Companhia.
- (ii) A expectativa da Administração da Companhia é realizar este prejuízo fiscal nos próximos 4 anos, ao considerar que serão incorporadas as controladas Menil Comércio de Peças Ltda. e as empresas do Grupo União, em 2020.

Os impostos diferidos passivos apresentam a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Amortização fiscal do ágio	48.926	-	48.926	-
Outros	-	-	23	-
Base de cálculo	<u>48.926</u>	-	<u>48.949</u>	-
Impostos diferidos passivos - alíquota nominal de 34%	<u>16.635</u>	-	<u>16.643</u>	-

Considerando a intenção da Administração da Grupo em incorporar as controladas em 2020, e considerando as projeções orçamentárias da Companhia, o imposto de renda e contribuição social diferidos serão recuperados como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2019</u>
2020	6.560	6.560
2021	6.863	6.863
2022	7.976	7.976
2023	16.000	16.000
2024	14.587	22.748
2025	-	3.661
Imposto diferidos líquidos	<u>51.986</u>	<u>63.808</u>

## 16. CAPITAL SOCIAL

### a) Capital social

Em 13 de julho de 2018 os acionistas da Companhia deliberaram pelo resgate e cancelamento de 702.590 ações preferenciais. Na forma da Lei, o resgate de R\$15.551, a ser pago em 15 de setembro de 2021, foi feito à conta da reserva de capital, sem alteração do capital social. Na mesma data, as 19.932.588 ações preferenciais remanescentes foram convertidas em ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de agosto de 2018 a Companhia emitiu 18.442.518 novas ações ordinárias, em pagamento parcial da aquisição da totalidade do capital da União. O valor dessas ações, de R\$92.814, foi registrado como reserva de capital, na forma aprovada pela Assembleia de Acionistas.

Em 31 de agosto de 2018 novo aumento de capital foi aprovado, com a emissão de 22.057.399 novas ações, pelo preço total de R\$161.128. Desse montante, R\$47.235 foram destinados a aumento de capital e o valor restante de R\$113.893 foi creditado à Reserva de Capital.

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, monta a R\$55.285, representado por 81.966.742 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, como segue:

	31/12/2019 e 2018		
	<u>Ações ordinárias</u>	<u>%</u>	<u>Valor</u>
Stuttgart Investimentos - Fundo Inv. em Participações	60.016.132	73,22%	40.480
Ações em tesouraria	636.507	0,78%	429
Juvenil Casagrande	1.924.522	2,35%	1.298
Luiz Jorge de Marco	516.064	0,63%	348
Adauto Lucio Paradela	431.000	0,53%	291
João Henrique Fiório Checon	14.754.015	18,00%	9.951
Gabriel Paganini Checon	1.844.251	2,25%	1.244
João Pedro Paganini Checon	1.844.251	2,25%	1.244
	<u>81.966.742</u>	<u>100,01%</u>	<u>55.285</u>

b) Reservas Lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício e não deve exceder 20% do capital social ou 30% do capital social considerando as reservas de capital. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Como no exercício de 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou lucro líquido, foi constituída reserva de R\$1.026.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia confere aos titulares das ações dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme os termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76. Como em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou prejuízo contábil acumulado, não houve destinação de dividendos.

O resultado por ação é conforme segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro/Prejuízo do exercício	20.519	(16.630)
Quantidade de ações (em milhares)	81.330	55.435
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação	0,25	(0,30)

d) Ações em tesouraria

Em 2019, ocorreu a recompra de 636.507 ações ordinárias pelo valor de R\$4.600.

e) Reservas de capitalValores aportados por acionistas

As reservas de capital referem-se principalmente a aportes financeiros pelos acionistas que, nas assembleias gerais aplicáveis, destinaram parte dos mesmos a aumento de capital e a reservas de capital.

As reservas de capital somente podem ser utilizadas para:

- Absorver prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros.
- Resgate, reembolso ou compra de ações.
- Resgate de partes beneficiárias. O art. 200 da Lei nº 6.404/76, em seu parágrafo único, determina que o produto da alienação de partes beneficiárias, registrado na reserva de capital específica, poderá ser utilizado para resgate desses títulos.
- Incorporação ao capital.

- Pagamento de dividendo cumulativo a ações preferenciais, com prioridade no seu recebimento, quando essa vantagem lhes for assegurada pelo estatuto social (art. 17, § 6º, da Lei nº 6.404/76, conforme nova redação dada pela Lei nº 10.303/01).

f) Opções de Compra de ações

Em 2018 a Administração e os acionistas da Companhia aprovaram plano de remuneração baseada em ações a determinados funcionários do Grupo ("Plano de Opções").

Há três programas vigentes regulados pelo Plano de Opções, os quais preveem que os funcionários devem permanecer na Companhia por períodos pré-determinados, perfazendo em média 5 anos ("vesting condition"). Caso ocorram eventos de liquidez listados no Plano de Opções antes do atendimento às "vesting condition", as opções de compra tornam-se exercíveis pelos beneficiários.

O plano constitui negócio oneroso de natureza exclusivamente civil e não cria qualquer obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária entre a Companhia ou suas controladas com os participantes, visto que os mesmos estão adquirindo as opções através do pagamento do seu valor justo para a Companhia, bem como também terão o dispêndio para o exercício das mesmas.

No caso de rescisão de contrato de trabalho tanto nas situações motivadas pela Companhia, como em situações motivadas pelo participante, exceto em situações de justa causa, a Companhia deverá reembolsar os participantes dos valores desembolsados inicialmente, atualizados pela variação positiva de índice de inflação vigente. No caso de rescisão motivada pela Companhia por justa causa, restarão automaticamente extintas de pleno direito, independente de aviso prévio ou indenização, todas as opções de compra de ações.

A adesão aos programas de outorga de opção requer o pagamento do preço de aquisição de cada participante de acordo com a quantidade de opções. As opções relativas ao 1º, 2º e 3º programa foram adquiridas pelos participantes em sua totalidade pelo valor de R\$296, reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido.

As opções do plano outorgadas, relativas ao 1º, 2º e 3º programa, com as respectivas data de outorga, quantidade, preço de exercício e preço de aquisição na data da outorga estão demonstrados conforme segue:

Série de opções	Data de outorga	Quantidade outorgada	Preço de Exercício (R\$)	Preço de aquisição (R\$)
1o. Programa - Lote I	01/06/2018	993.527	4,6115	0,3449
1o. Programa - Lote II	01/06/2018	180.083	7,4220	0,1073
1o. Programa - Lote I - B	01/06/2018	88.750	9,2230	0,0543
1o. Programa - Lote II - B	01/06/2018	16.675	13,4940	0,0129
1o. Programa - Lotel 2018-A	01/06/2018	221.389	14,7790	0,0120
1o. Programa - Lote 2018-B	01/06/2018	221.389	19,7060	0,0032
2o Programa - Lote I	02/01/2019	1.000.099	4,9993	0,0279
2o Programa - Lote II	02/01/2019	435.901	8,1729	0,0056
2o Programa - Lote 2018-A	02/01/2019	279.987	14,8789	0,0004
2o Programa - Lote 2018-B	02/01/2019	279.987	18,8079	0,0001
3o Programa - Lote II	02/01/2019	1.046.458	8,2568	0,0043
3o Programa - Lote III	02/01/2019	301.162	9,1520	0,0030
3o Programa - Lote 2018-A	02/01/2019	334.894	22,8810	0,0000
3o Programa - Lote 2018-B	02/01/2019	334.894	30,5070	0,0000

As opções de ações em circulação durante o exercício estão detalhadas a seguir:

Em milhares de opções	2019		2018	
	Quantidade de opções	Preço de exercício médio ponderado (em R\$)	Quantidade de opções	Preço de exercício médio ponderado (em R\$)
Saldo no início do exercício	2.354.824	8,5381	-	-
Opções concedidas durante o exercício	4.293.900	11,8265	2.530.172	8,5062
Recuperação de opções durante o exercício	(878.389)	9,7969	(175.348)	8,0767
Opções exercidas durante o exercício	-	-	-	-
Opções vencidas durante o exercício	-	-	-	-
Saldo no fim do exercício	<u>5.770.335</u>	<u>10,7872</u>	<u>2.354.824</u>	<u>8,5381</u>
Opções exercíveis no final do exercício	5.770.335	10,7872	2.354.824	8,5381

O valor justo das opções outorgadas foi calculado nas datas das respectivas outorgas de cada programa com base no modelo de Black&Scholes. Para determinação do valor justo das opções, a Companhia utilizou as seguintes premissas:

	"Stock Price"	"Strike Price"	"Time to Maturity"	"Risk-free rate"	Volatilidade	"Dividend Yield"
	(i)	(ii)	(iii)	(iv)	(vi)	(vi)
1º Programa	2,28	8,5062	12 meses	9,12%	7,33%	-
2º programa	1,57	9,9975	12 meses	7,94%	7,96%	-
3º programa	1,30	13,0742	12 meses	7,65%	7,96%	-

- (i) "Stock Price": corresponde ao valor da ação na data da outorga, tendo sido calculada pela Administração da Companhia a partir de múltiplo das empresas comparáveis.
- (ii) "Strike Price": corresponde aos preços médios ponderados de exercício das opções outorgadas em cada programa do Plano de Opções.
- (iii) "Time to maturity": corresponde ao prazo do direito de aquisição: O exercício da opção pode ocorrer em até 12 meses após os beneficiários cumprirem as "vesting condition".
- (iv) "Risk-free rate": corresponde à taxa de juros livre de risco. A Administração da Companhia utilizou a curva da taxa DI x Pré mais recente disponível nas datas de outorga de cada programa, e de acordo com a carência de cada opção.
- (v) Volatilidade: foi utilizado o valor corresponde a 7,65%, equivalente à volatilidade anual dos preços das ações das principais empresas listadas comparáveis à Companhia, sendo elas internacionais de comércio de autopeças.
- (vi) "Dividend Yield": não é previsto o pagamento de dividendos aos detentores das opções de compra reguladas pelo Plano de Opções vigente e os respectivos programas.

## 17. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta com venda de mercadorias	581.452	358.936	1.291.912	834.194
Receita bruta com prestação de serviço	-	-	2.518	892
Devoluções de vendas	(8.605)	(5.509)	(38.333)	(19.035)
PIS e Cofins	(22.396)	(13.532)	(37.268)	(27.121)
ICMS	(4.387)	(2.390)	(33.913)	(13.251)
IPI - Imposto s/ Produtos Industrializados	(419)	-	(1.164)	(757)
ISS - Imposto sobre serviços prestados	-	-	(125)	(42)
	<u>545.645</u>	<u>337.505</u>	<u>1.183.627</u>	<u>774.880</u>

## 18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. A seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Custos com vendas	(397.870)	(250.544)	(841.657)	(555.364)
Salários e benefícios	(71.579)	(55.338)	(130.222)	(89.916)
Depreciação e amortização	(34.168)	(20.992)	(48.028)	(21.554)
Despesas com comissão de vendas	(19.972)	(8.550)	(32.915)	(15.313)
Despesas com bonificações a clientes	(403)	(404)	(1.536)	(776)
Despesas com fretes e seguros	(12.870)	(7.734)	(31.943)	(13.546)
Serviços terceiros	(11.520)	(10.956)	(23.484)	(12.830)
Despesas tributárias	(996)	(1.392)	(4.886)	(3.229)
Despesas com ocupação	(4.258)	(4.422)	(9.033)	(9.269)
Demais receitas (despesas), líquidas e equivalência patrimonial	40.695	16.224	(18.395)	(51.994)
Total	<u>(512.941)</u>	<u>(344.108)</u>	<u>(1.142.099)</u>	<u>(773.791)</u>
Total alocados a:				
Custo dos produtos vendidos	(397.870)	(250.544)	(841.657)	(555.364)
Despesas de vendas	(33.278)	(30.467)	(71.595)	(56.950)
Despesas gerais e administrativas	(106.087)	(66.604)	(192.208)	(140.760)
Despesas com depreciação e amortização	(34.168)	(20.992)	(48.028)	(21.554)
Outras receitas operacionais, líquidas	4.397	1.673	11.388	837
Equivalência patrimonial	54.065	22.826	-	-
Total	<u>(512.941)</u>	<u>(344.108)</u>	<u>(1.142.099)</u>	<u>(773.791)</u>

## 19. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	148	30	406	459
Juros de clientes	2.529	220	4.415	1.775
Descontos obtidos e atualizações monetárias	681	393	2.587	770
Total	<u>3.358</u>	<u>643</u>	<u>7.408</u>	<u>3.004</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre contas a pagar aquisição de controlada	(25.400)	(27.961)	(25.406)	(27.961)
Juros, multas e tarifas bancárias	(5.227)	(1.441)	(9.208)	(4.599)
Total	<u>(30.627)</u>	<u>(29.402)</u>	<u>(34.614)</u>	<u>(32.560)</u>

## 20. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros - custo amortizado:				
Caixa e equivalente de caixa	12.351	3.104	37.361	32.567
Contas a receber	75.153	75.064	169.807	154.828
Partes relacionadas	10.024	2.475	-	-
Passivos financeiros - custo amortizado:				
Fornecedores e outras contas a pagar	52.443	45.206	135.887	94.851
Contas a pagar - aquisições	290.094	250.710	289.652	250.710
Partes relacionadas	94.887	32.830	-	-

Risco de mercado

## a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. Exposição ao risco cambial é indireta, e limitada.

## b) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras que são remuneradas por taxas de juros variáveis. Decorre também de obrigação a pagar relativa à aquisição das empresas do Grupo União, que é atualizada pelo CDI. Esse risco é administrado pela Companhia.

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos até o final do período findo em 31 de dezembro de 2019. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período do relatório esteve em aberto durante todo o período.

A Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com aumento de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, como cenário II e cenário III, respectivamente. A taxa considerada foi a seguinte:

<u>Indicador</u>	<u>Provável</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>
CDI	4,50%	5,63%	6,75%

O risco da taxa de juros para os saldos patrimoniais apresentados em 31 de dezembro de 2019 é a sua elevação, uma vez que o saldo das aplicações financeiras referenciadas ao CDI é inferior ao saldo da obrigação a pagar relativa à aquisição das empresas do Grupo União, que também é atualizada pelo CDI. Abaixo, é apresentado o impacto líquido estimado no resultado dos próximos 12 meses, considerando o cenário provável (CDI 4,50%), o cenário II (CDI 5,63%) e o cenário III (CDI 6,75%):

Transações	Risco	Análise de sensibilidade			
		Saldo em 31/12/2019	Cenário Provável	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras	Elevação do CDI	37.361	1.681	2.102	2.522
Contas a pagar por aquisição da União	Elevação do CDI	(119.124)	(5.361)	(6.701)	(8.041)
Impacto no resultado			<u>(3.680)</u>	<u>(4.599)</u>	<u>(5.519)</u>

A Companhia vem aplicando seus recursos em instituições aprovadas pela Administração, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

#### c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os seus níveis de endividamento, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>Total</u>
Contas a pagar - aquisições	4.262	321.049	15.035	2.049	342.395

#### d) Gestão do capital social

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia poderá efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos acionistas e captação de novos empréstimos.

#### Índice de endividamento

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (Reapresentado)
Dívida (i)	289.652	250.710
Caixa e equivalentes de caixa	(39.216)	(32.567)
Dívida líquida	250.436	218.143
Patrimônio líquido	<u>431.948</u>	<u>418.172</u>
Índice de endividamento líquido	<u>57,98%</u>	<u>52,17%</u>

- (i) A dívida é definida por contas a pagar decorrente de aquisição de controladas e ações preferenciais resgatáveis.

## 21. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens e direitos sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Seguro compreensivo	Veículos	100% Tabela Fipe	26/08/2019 a 25/08/2020
Cobertura básica	Patrimonial	R\$481,8 milhões	26/08/2019 a 25/08/2020
D&O	Administradores	R\$30 milhões	01/09/2019 a 01/09/2020

## 22. TRANSAÇÕES SEM EFEITO EM CAIXA

### Em 2018

- As transações que não envolveram caixa referem-se substancialmente a aquisição de controlada e incorporação de controladas, conforme divulgado na nota explicativa nº 6.
- Do aumento de capital do montante de R\$47.236, conforme nota explicativa nº 15, R\$30.267 não afetaram caixa, referente a permuta de ações.

### Em 2019

- Na Controladora houve aumento em ativos e passivos em decorrência de incorporações de controladas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.
- Na Controladora houve efeito de R\$15.203 decorrente de ajustes a valor presente de aquisição de Controladas, conforme mencionado na nota explicativa nº 6.
- Na Controladora e no consolidado os efeitos de adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil" - não impactaram o caixa da Companhia. Vide nota explicativa nº 7.
- Na Controladora e no Consolidado houve adições nos saldos de Direito de Uso decorrentes da assinatura de novos contratos de arrendamento mercantil nos valores de R\$3.129 e R\$7.035 respectivamente, com contrapartida no passivo. Vide notas explicativas nº 7 e nº 11.
- Em abril de 2019, a União Participações S.A. adquiriu a totalidade do capital da BHZ Peças Ltda., sendo que R\$1.761 serão pagos em março de 2024, corrigidos pela IPCA. Vide nota explicativa nº 6.

## 23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 29 de janeiro de 2020, a Fortbras Autopeças S.A. assinou contrato de compra e venda da totalidade das cotas de capital do Grupo Rondobras, adquirindo as seguintes sociedades: Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda., Auto Peças Rondobras Peças Ltda., Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda., Rondobras Autopeças Ltda., Rondobras Auto Peças Importadora e Exportadora Ltda.

As lojas estão distribuídas entre os estados de Amapá, Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, além de Mato Grosso na região centro-oeste. Com sede em Porto Velho (RO), a empresa tem ampla presença na região e conta com 55 lojas comercializando autopeças mecânicas, elétricas e pneus tanto para linha leve, como para linha pesada.

O preço de compra ajustado total foi de R\$382.989, a ser pago nas seguintes condições: R\$157.697 à vista, na data do fechamento; R\$205.000, sem qualquer reajuste, em parcelas anuais ao longo de 6 anos, e R\$20.292, sujeito a reajuste pelo IPCA, em 3 parcelas vencíveis ao final de 3, 4 e 5 anos.

Para a aquisição do Grupo Rondobras, em 28 de janeiro de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária um aporte de capital de R\$150.000 na Controladora, sendo R\$15.033 destinados ao aumento de capital social, e R\$134.967 destinados à conta de reserva de capital.

Além disso, na Assembleia Geral Extraordinária e Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de fevereiro de 2020, foi discutido e deliberado a emissão de debêntures da Companhia, não conversíveis em ações, no montante de R\$140.149, com prazo de pagamento de 7 (sete) anos, sendo 2 (dois) anos de carência, com parcelas semestrais, ao custo de CDI + 2,05%. As respectivas liquidações das debêntures e ingresso dos recursos, ocorreram em 1º de abril de 2020.

Covid-19: Em 29 de fevereiro de 2020, foram reportados pelo Ministério da Saúde os primeiros casos do novo Coronavírus no Brasil. Em menos de dois meses, a seriedade da crise de saúde pública é visível e seus efeitos econômicos são considerados sérios. As estimativas mais recentes apontam para redução do PIB brasileiro em 2020, havendo estudos teóricos, entretanto, suportando queda maior. O ponto comum dessas previsões é o reconhecimento da incerteza sobre como evoluirá a epidemia, e por quanto tempo o isolamento social será recomendado ou imposto.

Objetivamente, os efeitos imediatos da crise nas operações da Companhia foram:

- (i) Redução da ordem de 25% nas vendas médias diárias, a partir da segunda quinzena de março de 2020: os efeitos se mostram variáveis em função do mercado (varejo, atacarejo, atacado e distribuição direta) e da geografia (maior ou menor grau de fechamento do comércio local).
- (ii) Diminuição no ritmo de cobranças das contas a receber: houve uma redução progressiva, que hoje atinge uma piora em nosso índice de adimplência em 17% considerando as cobranças até D+5. Temos prorrogado prazos dos clientes que nos procuram para negociar, e sendo mais seletivos na concessão de crédito.

A Companhia reagiu rapidamente em seu planejamento financeiro desde os primeiros sinais da crise, adotando medidas de preservação de caixa que incluíram a captação de R\$140.149 através de debêntures em março de 2020, a renegociação de aluguéis e de prazos com fornecedores e uma pequena demissão de pessoas sob contrato de experiência. A Companhia também aderiu às medidas provisórias promovidas pelo Governo Federal na postergação de impostos federais, bem como suspensão de contratos de trabalho e redução da jornada de trabalho de parte do quadro de colaboradores da Companhia.

Por fim, em 8 de maio de 2020 a Companhia captou empréstimo de R\$50.000 com o Banco Bradesco, para gestão de capital de giro. As garantias estão atreladas a parte dos recebíveis do Grupo (cessão fiduciária), não havendo cláusulas restritivas ("covenants"). Sobre o saldo principal incide-se juros anuais de 4,65% + CDI. O saldo possui vencimento em parcela única em maio de 2021.

## 24. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 10 de junho de 2020.